

Participação social nos projetos de REDD+

A participação das pessoas e comunidades que de alguma forma extraem seu principal sustento da floresta é fundamental e indiscutível nos projetos de carbono florestal REDD+ (Redução das emissões por desmatamento e degradação florestal, conservação, gestão sustentável e aumento dos estoques de carbono florestal). São eles os principais aliados na conservação e somente considerando o contexto histórico e socioeconômico de cada região, pode-se almejar o sucesso no combate ao desmatamento e no uso sustentável dos recursos naturais. Nesse contexto, cada projeto é único devido às necessidades particulares de cada comunidade e justifica o desenho de intervenções específicas e condizentes com a realidade local em um processo de fortalecimento social, econômico e cultural das populações tradicionais, refletidos na distribuição de benefícios entre os atores locais.



Oficina de Construção Participativa do Conceito REDD+ em uma das comunidades de abrangência do Projeto REDD+ Jari/ Amapá

O bom desempenho social dos projetos, além de influenciar o sucesso das intervenções, vem sendo cada vez mais exigido como diferencial e mesmo requisito de acesso pelo mercado de créditos de carbono para projetos de REDD+. Há uma forte demanda pela demonstração de co-benefícios às comunidades e à biodiversidade excepcionais e realmente efetivos.

Na outra ponta, cabe aos desenvolvedores de projetos embasar o desenho e os processos de gestão utilizando padrões, ferramentas e metodologias rigorosos, internacionalmente estabelecidos e validados para fixar critérios mínimos relacionados ao envolvimento de partes interessadas, geração de impactos positivos, monitoramento e continuidade dos benefícios além da duração do projeto.

A experiência da Biofílica como desenvolvedora de projetos REDD+ tem revelado a importância do diálogo com comunidades, da parceria com instituições locais e da gestão adaptativa com base em resultados preliminares e avaliação das próprias comunidades e pessoas que habitam as áreas sob gestão.

Aprimoramos e continuamos a aprimorar alguns passos no desenho e implementação das atividades sociais dos projetos ao tempo em que a importância e o papel das comunidades nos mesmos estão ficando mais nítidos:

- ✓ Diagnóstico socioeconômico: estudo que revela com profundidade a realidade local, considerando o perfil socioeconômico das comunidades inseridas dentro e no entorno do projeto, instituições atuantes na região, além de identificar riscos e oportunidades socioeconômicos.
- ✓ Consentimento livre, prévio e informado e devolutiva dos estudos: reuniões com os moradores realizadas a fim de apresentar e validar o resultado do diagnóstico socioeconômico, e esclarecer os conceitos, os prováveis benefícios gerados, a definição de papéis e responsabilidades, embasando a tomada de decisão dos comunitários.
- ✓ Definição da instituição parceira local: os parceiros locais, organizações não-governamentais normalmente, são fundamentais no desenvolvimento e no gerenciamento das atividades sociais, por serem profundos conhecedores da realidade local e apresentarem as metodologias participativas apropriadas nas etapas que se seguem. Parceria com instituições locais diminuem os riscos do projeto e podem se tornar o principal vínculo de relacionamento com outros atores e partes interessadas, como é o caso da parceria com a Fundação Jari, no projeto REDD+ Jari/ Amapá.
- ✓ Oficinas de desenho das atividades: esse processo é bastante dependente do sucesso dos itens anteriores, pois é quando os problemas levantados são sistematizados em objetivos a serem atingidos e quais seriam as atividades possíveis e mais indicadas para cada fim. Dependendo do contexto, há necessidade de etapas anteriores que sensibilizem a comunidade para a questão social e territorial, ainda que etapas de sensibilização também já possam ter sido incorporadas junto às etapas de consentimento livre, prévio e informado e/ou devolutiva do diagnóstico.
- ✓ Criação de indicadores e plano de monitoramento: seleciona-se de forma participativa indicadores de processo, resultado e de impactos, sendo os dois primeiros mais imediatos, de curto e médio prazo, e o último mensura transformações de longo prazo. Junto aos indicadores, delegam-se responsabilidades, frequência, fonte de verificação e métodos de monitoramento.
- ✓ Gestão adaptativa do projeto: essa é a fase pós-desenho e implementação, caracterizando-se pela gestão das atividades que visam conservação e desenvolvimento local, juntamente com o parceiro. As ações, voltadas para a geração de impactos positivos, incluem capacitação da equipe local, engajamento das comunidades, articulação com partes interessadas, atividades de assistência técnica rural e facilitação de acesso ao mercado. Essas atividades são monitoradas anualmente e podem ser adaptadas de acordo com as avaliações que venham a surgir.

Diante da importância dos caminhos a serem trilhados e dos desafios¹ inerentes a esses projetos, a Biofílica tem perseguido e aprimorado a cada nova etapa de cada projeto uma sólida construção e gestão das atividades sociais. A ideia é que quando se considera o contexto histórico, socioeconômico e cultural no desenho das atividades dos projetos, os aspectos sociais são incorporados de maneira participativa na gestão e o mercado responde apropriadamente a esses investimentos há, enfim, a consolidação de um modelo de negócios eficiente e pautado na valoração da floresta em pé.

¹ A Biofílica colaborou recentemente com a elaboração de um estudo conduzido pelo Cifor (Center for International Forestry Research) sobre os desafios dos desenvolvedores de projetos de REDD+. Os resultados podem ser encontrados no link <http://www.cifor.org/online-library/browse/view-publication/publication/4491.html>, ou diretamente no site da Biofílica <http://www.biofilica.com.br>.